

XI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos

“A EJA pensada pela via das identidades dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de luta”

**Centro Convenções e Feiras da Amazônia - Hangar
Belém do Pará – 17 a 20 de setembro de 2009**

Realização

Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil

Organização

Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Pará

Apoio

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Ministério da Educação (MEC); Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Social do Comércio (SESC); Centro de Convenções e Feiras da Amazônia (Hangar); Fundação Curro Velho; Paratur; Secretaria Estadual de Cultura do Pará; Secretaria Estadual de Governo do Pará; Secretaria de Estado de Educação do Pará; Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Estadual do Pará (UEPA); Instituto Federal do Pará (IFPA); Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA-PA); União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO); Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC).

Relatório-síntese do XI ENEJA

Introdução

O XI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos -XI ENEJA- realizou-se no Centro de Convenções e Feiras da Amazônia – Hangar, em Belém do Pará, no período de 17 a 20 de setembro de 2009 e contou com a presença de 510 delegados oriundos de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal e com representações de todos os segmentos que compõem os Fóruns Estaduais e Regionais de EJA. Este décimo primeiro encontro, espelhado em sua temática – “A EJA pensada pela via das identidades dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de luta” – representa para os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil um momento muito especial, visto que ele traz importantes marcas para a história deste movimento nacional. Essas marcas indicam, ainda, que os Fóruns de EJA estão preocupados com sua trajetória, preocupação esta demonstrada no X ENEJA quando, da comemoração dos 10 anos de existência dos encontros, se discutiu a história e a memória do movimento, assim como na temática proposta para o XI ENEJA, na perspectiva de que se colocasse em pauta a identidade e as estratégias a serem empreendidas pelos Fóruns daqui por diante. Um marco é que o XI ENEJA se realiza, pela primeira vez, em um estado brasileiro localizado na Região Norte do país. Para muitos, isso pode não ter muito significado, mas, para os Fóruns, realizar um ENEJA naquela que é considerada a mais distante região do país, que abriga os últimos estados a aderirem ao movimento nacional e com delegações de todos os estados da Federação significa dizer que, efetivamente, o nosso movimento conseguir atingir, pelo menos nos aspectos geográficos, toda a extensão continental brasileira, contemplando a diversidade que nos compõe. Um segundo marco representa, na realidade, o término de uma época para este movimento, com novos apontamentos e novas dinâmicas de organização. O XI ENEJA é o último encontro que é realizado no formato de encontros anuais dos Fóruns, já que, a partir de agora, os ENEJA's serão realizados a cada dois anos, e nos interstícios, já em 2010, acontecerá, em cada uma das cinco regiões do Brasil, o Encontro Regional de EJA - EREJA, cuja proposta é a de congregar, em encontros menores, os estados membros de cada região, possibilitando que eles discutam as especificidades regionais da Educação de Jovens e Adultos, tendo como ponto de partida a realidade de cada lugar e as propostas aprovadas nos encontros nacionais. Por fim, outro marco importante para o movimento dos Fóruns diz respeito à realização no próximo mês de dezembro, no mesmo local em que se realizou o XI ENEJA, da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos - CONFINTEA VI. Esta é a primeira CONFINTEA que se realiza no hemisfério sul do planeta e em um país que não integrante das grandes potências mundiais, se configurando na oportunidade de discutir os destinos da educação de jovens e adultos no lugar onde, de forma mais numerosa, se encontram aqueles que são os sujeitos da EJA. Ressalta-se ainda o fato de que a CONFINTEA V, que ocorreu em 1997 na Alemanha, e todo o movimento preparatório para a construção do documento brasileiro que seria

levado até Hamburgo, pelo MEC, foi um dos grandes motivadores para o surgimento dos Fóruns estaduais de Educação de Jovens e Adultos, no Brasil. Dessa forma, podemos dizer que o XI ENEJA representa o encerramento de um ciclo no movimento de Fóruns de EJA, apresentando, então, com o acúmulo das discussões realizadas durante os últimos 11 anos, novas possibilidades de se pensar a Educação de Jovens e Adultos, em nosso país. Por isso é que, pensando nessa trajetória histórica, retomamos o documento síntese do I ENEJA, realizado em 1999 na cidade do Rio de Janeiro, e, a partir dele, apresentamos este relatório com uma estrutura diferente das que temos nos últimos anos, na expectativa de fortalecer algumas discussões de caráter conceitual que se arrefeceram, um pouco, no decorrer dos anos, além de procurar resgatar e fortalecer o caráter político e de encontro de trabalho desse movimento, o que é, também, uma das marcas da educação de jovens e adultos.

Contextualização

O modo de produção capitalista encontra-se diante de uma crise estrutural que vai muito além de uma crise econômico-financeira. O neoliberalismo tem inviabilizado, por consequência, a formulação e implementação de políticas públicas estruturantes que impacte, de fato, na desigualdade social, posto que tem se preocupado e se comprometido com uma política macro-econômica de “salvamento” de grandes corporações do capital em detrimento da materialidade do direito, da cidadania e de novos parâmetros de civilidade/sociabilidade. O Estado brasileiro, com um governo de coalizão, tem implementado políticas públicas reparadoras e compensatórias que ainda não garantem a inclusão de todos(as), fazendo-se necessário a ampliação de políticas estruturantes com vistas a equidade. A política educacional brasileira que é executada em regime de colaboração entre as três esferas públicas, e em particular a educação de jovens, adultos e idosos da classe trabalhadora, tem sido marcada muito mais pela continuidade do que pela descontinuidade (ruptura), por parte principalmente dos estados e municípios, que são responsáveis pela implementação da Educação Básica. Ao tomarmos como base, por exemplo, os recentes dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) sobre o analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade, identificamos que em 10 anos, 1997-2007, o Brasil saiu de 14,7% para 10,1%, e que de 2008 para 2009 esse índice caiu 0,1%, apresentando 14 milhões de analfabetos. A média nacional de anos de estudo aumentou de 6,9 para 7,1 anos. Contudo, se desdobrarmos essa análise para os mais pobres, para as regiões norte e nordeste, para a população negra e para a população do campo, esses índices caem drasticamente, exprimindo a necessidade de uma análise crítica na sua totalidade para pensar, formular, implementar e avaliar as políticas públicas para a educação de jovens, adultos e idosos. Nesse período, ainda, a taxa de analfabetismo funcional, na média nacional, caiu de 21,8% para 21,0%, mas se desdobramos essa análise para o espaço rural, por exemplo, vamos ter um percentual para mais de 45%. Isso evidencia um processo lento de enfrentamento a uma problemática social que requer uma política de Estado, por parte dos estados e municípios de forma urgente e estruturante. É preciso considerar que o atual governo federal, ainda que com percebidos avanços quanto ao lugar ocupado pela EJA na agenda política da União, não rompeu com a concepção de educação de jovens e adultos elaborada no bojo das reformas neoliberais do Estado e da educação no país na década de 1990, cuja execução se materializa no desenvolvimento de fragmentadas ações/experiências desenvolvidas sob a lógica da parceria “conciliatória” e no desenvolvimento de programas, em geral, pulverizando recursos e sobrepondo ações. Nesse sentido, o vasto “cardápio” de programas e projetos atuais (Programa Brasil Alfabetizado, Projovem, Proeja, entre outros) não se constituíram em uma política pública de Estado com efetividade social para reversão do cenário acima apresentado. É desta realidade, da qual o movimento dos Fóruns não pode se alienar, que precisamos lembrar que desde 1999, quando da realização do I ENEJA, diante de um cenário em que as organizações internacionais influenciaram fortemente a política educacional e social no país, redefinindo os instrumentos de participação, que se estabeleceu uma relação umbilical da UNESCO com os fóruns e o ENEJA. Hoje, em 2009, o XI ENEJA foi realizado em um contexto próximo à realização da VI CONFITEA, o que se apresentou como desafio para o ENEJA repensar sua história, sua estrutura, organização e objetivos de forma autônoma, demarcando um território de contradições e conflitos advindos de várias concepções e práticas de EJA que desenham seu território. Nesse sentido, o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, após um percurso histórico de 11 anos de trajetória, avalia seus avanços e limitações. Dessa forma, quanto aos avanços assinala-se que os Fóruns de EJA ampliaram-se enquanto organização sócio-política, no âmbito de um contexto de dispersão e refluxo dos movimentos sociais populares. No que toca às limitações, identifica-se pouca efetividade numa ação orgânica e autônoma de controle social do poder público em relação às políticas propostas para EJA. Nessa linha de reflexão, o ENEJA tem o desafio de, não obstante os limites impostos por essa mesma conjuntura de crise, pautar nos espaços públicos de formulação da política educacional e social mais ampla, uma difícil discussão: a democratização da educação em um Estado e sociedade fundados, historicamente num processo de desigualdade social estrutural. O presente relatório-síntese busca refletir sobre esse importante momento em que os fóruns se propõem a se avaliar, a se reorganizar e pautar uma agenda de políticas públicas estruturantes de

educação de jovens e adultos que aborde, de fato, as desigualdades vividas por esses sujeitos no âmbito educacional e social mais amplo. O registro das contribuições emergidas na mesa temática, nas discussões empreendidas nos grupos de trabalho e nas rodas de conversas, nas reuniões por segmentos e por regiões refletem os acúmulos, os consensos, as discordâncias, bem como, as lacunas neste árduo processo de refletir a identidade dos fóruns de EJA “construindo o ENEJA de todos nós”. Após essa breve contextualização, o presente relatório se estrutura a partir de três eixos: 1) a EJA pensada pela via das identidades dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de luta; 2) principais aspectos pautados das reuniões setoriais; 3) proposições deliberadas na plenária do encontro.

1 – A EJA pensada pela via das identidades dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de luta

No contexto de afirmação dos Fóruns de EJA no cenário nacional e internacional, movimento que representa uma forma de exercício na construção de políticas públicas e onde os avanços na efetivação da agenda política ainda são limitados, o XI ENEJA propõe repensar as atuações dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos e as dinâmicas de seus encontros nacionais, revisitando conquistas e desafios, avaliando limites e propondo estratégias de superação destes.

Essas asseverações foram pontuadas na mesa Temática “A EJA pensada pela via das identidades dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de luta”, presente nos discursos dos expositores ao considerarem que os Fóruns se constituem numa representação da relação da sociedade civil e Estado, uma combinação interessante: municípios, estados e diversas organizações, com visões diferentes de EJA, que convivem em espaços escolares e não escolares, congregando sujeitos com olhares e concepções diferenciados dessa modalidade da educação básica, ao mesmo tempo em que permite a recriação na tentativa de fazer o diferente a cada ano, de não abrir mão da utopia de acreditar em um país mais justo e solidário, de subsidiar os diferentes sujeitos da EJA. Nessa compreensão teórica, esse movimento de criação e recriação dos próprios Fóruns é marcado pela concepção de transformação social de Paulo Freire.

Dentro desses olhares, de capacidade de organização do papel dos Fóruns, pode ainda ser ressaltada a capacidade de mobilização e articulação, configurando-se como uma referência nacional e internacional de construção de um processo democrático de ampla representação e de diálogo no debate da EJA.

No sentido de destacar a importância do contexto político na preparação para as eleições 2009/2010, da VI CONFINTEA, da realização da CONAE, os discursos dos palestrantes trazem para o XI ENEJA a responsabilidade de organização das reivindicações, a fim de colocar na pauta, dentre outros pontos, a agenda política das nossas lutas cotidianas em favor da educação de jovens e adultos. Assim, algumas questões são problematizadas e, ao mesmo tempo, as ações do governo brasileiro para a EJA são reconhecidas como avanços: a inclusão da EJA no FUNDEB, o diálogo mais próximo com a SECAD, a inclusão da diversidade na agenda da EJA. Entretanto, por não responderem a todas as demandas, demarcam a necessidade dos Fóruns em defenderem políticas de Estado que superem a lógica de políticas de governos.

Os desafios apontados aos fóruns constituem formas dialógicas de qualificar o debate tanto no próprio ENEJA quanto na ocupação dos espaços municipais, estaduais, nacionais e internacionais, elaboradores dos marcos regulatórios da EJA, no Brasil e no mundo.

No intuito de dialogar com os discursos anteriores, os delegados divididos em grupos de trabalho, tanto conversam sobre qual o significado do Fórum na dinâmica de suas múltiplas existências, frente à heterogeneidade e complexidade dos diferentes segmentos, sujeitos e regiões, quanto reflete sobre a sua configuração e a capacidade de articulação nas diferentes existências de Fóruns locais, que marcam conquistas e limitações materializadas nos ENEJAS ao longo de sua trajetória.

Dentre as discussões dos grupos de trabalho da manhã, após a mesa, emerge, enquanto problemática, a difusa relação que os ENEJAS têm com o Ministério da Educação, tanto com as relações construídas nos Fóruns estaduais e regionais quanto com as administrações públicas.

Nesse sentido, há um reconhecimento nesses grupos que grande parte do incômodo com esta relação entre os Fóruns e o Estado, também se constitui em função da própria indefinição quanto à concepção que temos do Movimento de Fóruns e de seu papel, como também pelo fato de que em algumas situações, o movimento dos fóruns não é devidamente reconhecido por parte do governo. Como exemplo disso, o movimento dos fóruns não está constando como segmento na CONAE.

Esta problemática será minimizada na medida em que os Fóruns conseguirem consolidar a tarefa de resignificação do ENEJA, o que também passa pela necessidade de uma maior politização do encontro. Sendo assim, é necessária uma constituição de maneira autônoma, mesmo com a contribuição financeira do MEC. É problematizado, ainda, o papel dos Fóruns diante das políticas propostas ou a serem implementadas pelo Estado Brasileiro para a EJA.

Avaliando: Como tem sido essa relação? Os Fóruns têm apontado diretrizes ou apenas avaliam o que é proposto? Que mudanças as avaliações realizadas historicamente têm provocado? É inegável o avanço no campo do diálogo, mas ainda são percebidas práticas/ações que vão na contramão desse avanço.

Considerando o histórico papel dos Fóruns de EJA para a construção de políticas públicas nesta modalidade, que condições de financiamento teremos para garantir os Encontros Nacionais e Regionais, mantida a autonomia política dos Fóruns?

Que pautas políticas os Fóruns têm garantido em seus encontros (pré e pós ENEJAS)? O que se delibera nos ENEJAs realmente tem se efetivado nas políticas públicas de EJA? Como temos pautado o ENCEJA, o Projovem, o Brasil Alfabetizado?

Como garantir a participação legítima e orgânica dos educandos (as)? Como se dá a legitimidade e organicidade da participação dos educandos (as) nos ENEJAs?

2. Principais aspectos pautados das reuniões setoriais

2.1. Reunião das regiões

a) Pauta nacional

Região Sul

O movimento dos Fóruns deve ter uma pauta comum e abrangente para garantir a unidade das discussões, considerando-se as especificidades regionais e estaduais. Análises de conjuntura e os diagnósticos nacional e regionais são algumas estratégias que subsidiariam essa articulação. Aponta que os Fóruns precisam avaliar a efetivação da Agenda Nacional Integrada Territorial de EJA e as perspectivas de políticas públicas de EJA. Sugere a criação de uma Secretaria Executiva dos Fóruns de EJA do Brasil, para garantir articulação política permanente, que deve ter, entre outras atribuições, a busca de apoio financeiro do MEC para a realização dos EREJAs.

b) Encontros Regionais de EJA – 2010

Região Sul

A Região Sul apresenta como proposta de sede a cidade de Florianópolis, a ser confirmada até o dia 05/10. Caso não haja a confirmação, as opções são as cidades de Canoas/RS e Curitiba/PR. A duração do Encontro, a ser discutida ainda, é de quatro dias, contando com um total de 150 participantes, sendo 50 de cada estado. A coordenação regional organizadora será constituída por três representantes de cada Estado, indicados durante o XI ENEJA. Discutiu-se a importância de se planejar momentos culturais, assim como de proporcionar momentos para se conhecer a realidade do local onde o encontro se realizará. Defende a elaboração e divulgação de um documento base nacional, que seja orientador das discussões nos EREJAs, devendo pautar as discussões preparatórias dos Encontros Regionais (mobilização nas escolas de EJA e nas instituições vinculadas aos Fóruns), propondo, ainda, um calendário integrado dos EREJAs, prevendo sua realização no mesmo período/mês do ano. Ao término do encontro deve ser elaborada uma síntese das discussões e deliberações dos EREJAs, que será encaminhada para a reunião de representantes dos Fóruns ou para a Secretaria Executiva dos Fóruns de EJA do Brasil, para sistematização e elaboração coletiva de Documento Síntese.

Região Norte

A Região Norte indica o estado de Amapá como sede do encontro, com 10 participantes por estado, que serão definidos por cada Fórum Estadual. O tema central será “EJA: políticas públicas educativas e diversidade da Amazônia”. A previsão para que o encontro seja realizado é no mês de junho de 2010.

Região Centro Oeste

O encontro da Região Centro Oeste será realizado no estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande. A previsão é de que ele aconteça nos dias 11, 12 e 13 de junho de 2010 e o Fórum do MS se compromete a articular para conseguir subsídios. Caso seja necessário, os outros fóruns da Região se comprometem a ajudar na captação dos recursos. Será criada uma comissão inicial com os representantes dos fóruns, mais dois componentes e um suplente, por estado, para organização do EREJA. Cada fórum terá direito, no mínimo, a vinte vagas.

Região Sudeste

O EREJA da Região Sudeste será no estado do Espírito Santo. A organização conjunta do Encontro se dará com a constituição de uma comissão. Cada estado enviará 50 delegados. Propõe a elaboração de documento-base que norteie os trabalhos.

Região Nordeste

João Pessoa, na Paraíba, será a sede do EREJA da Região Nordeste, previsto para se realizar no mês de agosto de 2010. A Comissão Organizadora do EREJA será formada por dois representantes de cada estado, sendo que deverão participar até 20 delegados por estado. A reunião da Comissão Organizadora está prevista para depois da realização da VI CONFINTEA.

Sobre o formato do EREJA (Região Nordeste)

O objetivo do encontro é de fortalecer os fóruns e os segmentos que fazem a EJA, na perspectiva de formulação de políticas públicas, de discutir os desafios e os problemas do Nordeste no enfrentamento e solução dos problemas sociais e proporcionar rodas e/ou espaços para conhecimento de ações produtivas em Economia Solidária. Também, pretende-se que o EREJA possa politizar mais os encontros com apresentação de teses com temas específicos da EJA, envolvendo outros atores e setores cujas ações e políticas se articulem diretamente com a EJA.

Para isso, deve se pensar na elaboração de documentos estaduais para serem discutidos e que orientem os debates no regional. A dinâmica de trabalho deve ser parecida com a utilizada no XI ENEJA, inclusive prevendo apoio financeiro a ser encaminhado pelo MEC, de modo a garantir a realização de encontros em todas as regiões, proporcionando um espaço maior para discussão nos trabalhos e reuniões dos grupos. Os critérios para escolha de delegados devem ser revistos de forma a qualificar o debate e as contribuições e ser criada uma rede virtual com representantes dos Fóruns da Região Nordeste. A hospedagem dos participantes pode acontecer no mesmo espaço do encontro, fato que pode garantir o cumprimento dos trabalhos propostos.

Durante o encontro, deverá ser feita a avaliação das deliberações da VI CONFINTEA, discutir sobre dados referentes a analfabetismo na região Nordeste e deve ser reservado um espaço na programação para conhecer as experiências locais de EJA e a cultura local. Ao final, deve ser apresentado um documento-base a partir de documentos estaduais.

Foram várias as proposições feitas quanto a algumas dinâmicas a serem realizadas durante o encontro, bem como propostas surgiram no sentido de se discutir experiências em EJA, de garantia de espaços para relatos, debates de conjuntura, dentre outros. Ressalta-se a necessidade de se discutir com o MEC o financiamento do EREJA.

c) Encontro Nacional de EJA (XII ENEJA) – 2011

A Região Norte reafirma que ENEJA não é evento, ele é a culminância de um trabalho construído durante um ano, sendo que ele é um encontro que está pensando EJA nos estados. A construção coletiva, realizada no XI ENEJA, é uma conquista que não pode retroagir. Avalia ser necessário aprofundar as discussões sobre a identidade e o papel dos Fóruns, propondo que o XII ENEJA seja realizado no primeiro semestre, apresentando seus resultados aos candidatos eleitos aos governos de estado e à presidência, em 2010.

A Região Sudeste enfatiza que a falta de qualificação dos delegados tem sido um problema grave nos ENEJAs e tal fato necessita ser tratado pelos fóruns. Avalia que o ENEJA deve representar nossa pauta de luta e constar da pauta dos fóruns durante todo o ano. É importante criar estratégias para criação de elo de discussão nacional que articule os fóruns para além dos ENEJAs. Propõe a reformulação do desenho do ENEJA e uma melhor qualificação da participação dos delegados. Solicita que o MEC forneça uma declaração para as pessoas que participarem da comissão de escolha da medalha Paulo Freire.

A Região Nordeste indica o Estado da Bahia para sediar o XII ENEJA e apresenta como defesa a comemoração de 10 anos do Fórum Baiano. Agrega a isso a possibilidade de dar visibilidade a EJA para efetivação de políticas públicas e a consideração dos indicadores sociais (IDH, analfabetismos, desigualdade social etc.) da Região.

d) Critérios para representante na CNAEJA

Região Sul

É necessário que o representante indicado pelos Fóruns tenha disponibilidade para exercer essa representação e seja uma pessoa inserida e atuante nesse movimento. Além disso, deve ter potencial diálogo com demais segmentos, tendo conhecimento da trajetória histórica das políticas públicas de EJA e dos Fóruns. O seu perfil deve ser de um articulador dos Fóruns, que tenha capacidade de argumentação sobre políticas e concepções de EJA e capacidade de consulta e retorno sobre a pauta e deliberações CNAEJA.

Região Nordeste

O representante deve ter experiência e domínio em EJA, capacidade argumentativa, autonomia diante do MEC, CONSED e UNDIME para defender suas idéias a partir das proposições do ENEJA. Conhecer os documentos produzidos durante a história do movimento é fundamental para que faça

uma defesa condizente com os anseios de todos. Ele precisa ser alguém atuante e militante dos Fóruns, capacidade de articulação política e discussão junto a outras instancias representativas da sociedade, disponibilidade de discutir, de se fazer presente às demandas dos Fóruns. Indica, ainda, que ele não pode estar representando o poder público em cargos comissionados e ter competência emocional, flexibilidade, respeitando as opiniões contrárias

Região Norte

O critério básico é a formação política do representante e sua capacidade de articulação com outros segmentos que compõem a CNAEJA.

Região Centro Oeste

Deve ser alguém que garanta interlocução entre os fóruns e a CNAEJA e, em especial, com o MEC. Precisa garantir o retorno das discussões realizadas nas reuniões e se antecipe na problematização dos temas, além de garantir condições no diálogo com o MEC, sem se submeter ao CNAEJA. Deve, ainda, ter propriedade na discussão da trajetória da luta pela EJA. Defende que é preciso haver uma rotatividade de regiões e segmentos na escolha do representante na CNAEJA e que ele não precisa ser, necessariamente, escolhido entre os 27 representantes dos fóruns.

Região Sudeste

Ressalta-se, primeiramente, que o representante dos Fóruns na CNAEJA não é coordenador nacional dos Fóruns. Esse lugar é uma representação do movimento dos Fóruns para dialogar com o MEC. Avalia que a participação na CNAEJA, além de possibilitar a intervenção direta na formulação de políticas públicas para a EJA, constitui-se em estratégia para acesso a informações que auxiliem na articulação do movimento. Propõe a organização de um colegiado composto por um representante de cada região, visando à participação nas reuniões da CNAEJA de um dos seus membros, em regime de revezamento, junto com o representante oficial. Defende que devemos viabilizar, com maior frequência, em nossos fóruns, discussões sobre a CNAEJA, além de discutir a dificuldade de atuação do representante dos fóruns nesse espaço, diante de um movimento que não apresenta posições consensuadas, apontando para pensarmos a possibilidade de construirmos uma coordenação nacional. Devemos pensar e criar estratégias para nos reunirmos, independente de recursos e agenda do MEC, organizando uma agenda própria de discussões. Como critério, avalia que o indicado não precisa ser, necessariamente, um representante dos fóruns estaduais. É importante que tenha militância, disponibilidade e conhecimento profundo sobre o movimento dos Fóruns e boa capacidade de mobilização e articulação.

e) Seminário de Formação de Educadores da EJA

A Região Norte encaminha que a Comissão Nacional, formada por um representante de cada região, defina a distribuição das vagas como indicativo para que os Fóruns estaduais deliberem sobre a alocação dos segmentos.

A Região Sudeste propõe que seja revista a distribuição de vagas, pensando no critério de paridade. Ainda solicita a inclusão na pauta do Seminário a discussão do conteúdo do edital do MEC para criação de cursos de formação para educadores de EJA e o critério estabelecido que leva a exclusão das universidades estaduais de participar deste edital.

f) CONAE

A Região Sudeste indica que sejam utilizados como subsídios para criar estratégias de intervenção e discussão nas Conferências Estaduais e na CONAE os relatórios do ENEJA, o Documento Preparatório para a VI CONFINTEA, além de outros documentos produzidos pelos fóruns. Deve-se postular a igualdade no financiamento da EJA e do Ensino Fundamental, bem como buscar os parceiros que compõem a Comissão Organizadora Nacional para fortalecer a defesa de nossas propostas.

2.2. Reunião dos segmentos

Universidades

✓ *Problematizações*

Como a universidade tem se posicionado quanto à formação dos professores de EJA?

Como as universidades têm respondido as demandas de formação de professores da EJA?

Como as universidades estão acompanhando e participando das discussões da Agenda Territorial?

A universidade precisa colaborar com a educação do campo e, nesse sentido, é necessário atuar junto aos movimentos sociais populares na luta pela educação do campo, por um lado denunciando o

fechamento das escolas rurais e, por outro, fortalecendo a perspectiva do direito à EJA no campo. A discussão sobre o papel das universidades com a EJA precisa ser ampliada nos fóruns estaduais e regionais de EJA, tendo em vista o fortalecimento da EJA nas universidades. Existe a necessidade de que esse segmento assuma e atualize o Portal dos Fóruns de EJA (www.forumeja.org.br) com informações sobre a atuação das universidades, no que tange a pesquisa e a extensão, particularmente, quanto ao acompanhamento dos editais e convênios com MEC. Foi feita a discussão sobre a execução do IIIº Seminário de Formação de Educadores de EJA, que ocorrerá em maio de 2010, bem como foi encaminhada uma proposta de que a Comissão de Rio das Ostras se responsabilize, junto com a comissão de organização do evento, das deliberações sobre o Seminário. Foi informado que o MEC homologou um Parecer que trata do ensino à distância para a EJA, da mesma forma que a proposição de um programa de ensino médio à distância. Ressalta-se que tal fato ocorreu sem uma discussão prévia com a SECAD, sendo tecidas críticas no sentido de que o Ensino Médio nem sequer está universalizado. Diante disso, o segmento de universidades propõe uma Moção de Protesto, a ser encaminhada ao Ministro da Educação, dizendo da nossa discordância.

✓ *Considerações*

Mais do que discutir estratégias, as universidades entendem que devem discutir a sua contribuição na efetivação de políticas públicas de direito à educação para todos. Nesse sentido, tal política passa pelo papel da universidade na formação do professor, na busca por uma educação de qualidade. Dado o número crescente de editais lançados pelo MEC (formação de educadores, economia solidária, fomento a leitura, apoio a alfabetização), vem ocorrendo uma multiplicidade de ações para o atendimento desses editais, no que tange aos procedimentos burocráticos. Foi sugerido que estes editais sejam aprimorados sob a forma de um projeto amplo, com diferentes linhas de atuação. Apontou-se a necessidade de articulação das IES, nos estados, para participarem da Agenda de Desenvolvimento Territorial Integrada de Alfabetização e EJA, tanto na Comissão quanto no Comitê Técnico de pesquisa e diagnóstico. As universidades devem dialogar com os Estados e os municípios no sentido dos entes federados assumirem o seu papel, previsto em lei, na oferta da Educação Básica de EJA, enquanto que as universidades devem avançar na proposição e implementação de políticas de formação inicial e continuada dos professores. Criar condições para a construção de estratégias interinstitucionais, de universidades de diferentes regiões do país, com o objetivo de ampliar a articulação sob a forma de redes de pesquisa, a fim de que possa ocorrer troca de experiências e de resultados de pesquisas e conhecimentos, entre núcleos e/ou grupos de pesquisas que discutam a problemática da EJA e fortaleçam os seus cursos. A EJA, ainda, não é uma prioridade para os cursos de formação de professores, sendo mantida na marginalidade dentro das universidades, o que demonstra a inexistência do reconhecimento dessa modalidade por estas instituições. Propõe-se que seja ofertada uma disciplina de EJA, de caráter obrigatório, nos cursos de formação de professores (pedagogias e licenciaturas).

Administrações Públicas

✓ *Problematizações e Considerações*

O segmento apontou a preocupação acerca do distanciamento existente entre os Fóruns de EJA e os conselhos de educação em nível local, o que tem dificultado a implementação da modalidade numa perspectiva de gestão democrática, que reconheça as especificidades dos sujeitos da EJA a partir de ampla escuta de diferentes atores. Dessa maneira, torna-se necessário a construção de uma agenda que busque articular os Fóruns e os Conselhos de Educação locais, visando garantir a representatividade dos Conselhos de Educação/FUNDE/CAE e da UNCMÉ nos fóruns, assegurando a comunicação permanente entre eles e, fundamentalmente, articular a luta para o aumento e aplicação do valor custo aluno da EJA. Essas ações têm por objetivo fortalecer a Educação de Jovens e adultos, através dos mecanismos de controle social que aconselham, normatizam e propõe políticas públicas. Constatou-se que as formulações de políticas curriculares de EJA nem sempre reconhecem as especificidades dos sujeitos dessa modalidade. Embora observados alguns avanços, ainda encontramos transposição de práticas pedagógicas que infantilizam e descaracterizam os jovens e adultos não escolarizados. Reconhecer as especificidades curriculares, as relações espaço-temporais e a necessidade de formulações curriculares que articulam a EJA com a Educação Profissional é condição para o reconhecimento do direito a Educação de Jovens e Adultos. É necessário, também, o aumento dos recursos aplicados na EJA e uma gestão colegiada, garantindo a correta utilização dos mesmos, com a participação dos Fóruns, sempre que possível, nos espaços de controle e gerenciamento das verbas. Para isso, aponta-se a necessidade de garantia de presença e participação nos Planejamentos Estratégicos das administrações públicas, bem como nos Planos Plurianuais e Leis de Diretrizes Orçamentárias. Entendemos que somente a oferta em três turnos não garante a qualidade da aprendizagem para os estudantes da EJA. Torna-se necessário dar continuidade a luta pela qualidade da educação que vem sendo ofertada, prioritariamente no noturno, através de ações para atingir esse objetivo, tais como: concurso público para professores de EJA,

formação continuada, valorização profissional, produção de material didático específico etc. Reafirmamos, ainda, que temos preocupações acerca da pulverização de programas e propostas pedagógicas que vem se aprofundando nos últimos anos.

Educadores

✓ *Contextualização*

As discussões apontam para um contexto onde a EJA tem alguns pontos comuns e outros específicos, de acordo com cada região, estado ou localidade. O grupo avaliou que a oferta de acesso à EJA em três turnos não é adequado, mas, além disso, existem outros problemas no ambiente de trabalho do professor, tais como: falta de formação adequada; excesso de atividades; falta de condições adequadas para o trabalho com os alunos etc. Com um público formado, em grande parte, por educandos que já vêm de um processo de exclusão do ensino regular, os educadores de EJA precisam se identificar com a EJA, serem apaixonados pelo que fazem e terem compromisso com a aprendizagem dos educandos. Falta-lhes, também, uma formação inicial voltada para as especificidades da EJA e uma formação continuada que contribua para a superação dos desafios do ensino-aprendizagem, assim como material didático específico e valorização do trabalho docente.

✓ *Problematizações*

Existe um distanciamento entre as discussões presentes nos encontros de EJA e a prática real nas salas de aula.

A discussão sobre a questão da faixa etária da EJA se mostrou polêmica. Surgiram considerações acerca do que é juventude, que se mostrou uma temática que, ainda, precisa ser mais discutida pelos educadores.

✓ *Considerações*

É importante garantir o acesso e a permanência nos três turnos de funcionamento das escolas, para os educandos/as de EJA, é uma questão de direito. Esta garantia deve prever condições semelhantes àquelas oferecidas aos alunos do ensino fundamental, tais como: transporte, merenda, material didático, uso de equipamentos, laboratórios e bibliotecas etc. É necessário a efetiva implementação de um currículo específico que contemple as realidades diferenciadas que temos na EJA, integrando a escolarização e a profissionalização. Sugere-se a realização de censo específico da EJA, bem como problematizar a promoção automática dos educandos, discutindo qual o papel da avaliação na escola e os seus compromissos com o processo de aprendizagem dos educandos. Importante, também, é garantir aos educandos que possuem algum tipo de atendimento especializado, profissionais qualificados para trabalhar com ele, como por exemplo, o educando surdo que precisa de um educador que domine a linguagem de sinais (LIBRAS), sem a necessidade de intérprete. Garantir a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 que tratam da história e cultura africana e indígena e sua inclusão nos currículos escolares da educação infantil ao ensino médio com obrigatoriedade de formação dos professores, gestores com vistas a qualidade e aplicabilidade da mesma. No âmbito da participação social, devem-se estabelecer mecanismos de participação no conselho do FUNDEB, com o objetivo de atuar no acompanhamento da aplicação dos recursos destinados à EJA, da mesma forma que se deve promover uma articulação com o intuito de levar um grande número de pessoas ligadas à Educação de Jovens e Adultos a participar e a se candidatar para delegados nas conferências estaduais de educação, adquirindo o direito de participar do CONAE 2010, promovendo o empoderamento sobre as questões da EJA, através de formação e distribuição de material.

Movimentos Sociais, Movimentos Populares e Movimento Sindical

✓ *Problematizações*

Existe uma fragilidade em torno das discussões da sociedade capitalista e da política econômica de superávit primário, que se apresenta na atual conjuntura em nossa sociedade.

No cenário atual de globalização mundial e de hegemonia do capital em prejuízo dos menos favorecidos, a captação de recursos públicos para a organização dos nossos encontros não pode comprometer a autonomia e o andamento dessas reuniões, comprometendo seus debates e deliberações. O fórum como espaço público para o diálogo deve ter uma coordenação capaz de agregar os diferentes segmentos que o compõem, promovendo e articulando o entendimento com instituições e todos espaços sociais.

✓ *Considerações*

A formação inicial e continuada dos profissionais da Educação de Jovens e Adultos tem que ser garantida, sendo necessário, também, proporcionar o acesso dos leigos à formação acadêmica. Os próximos ENEJAs devem possibilitar um espaço na organização e nas mesas de debates aos diferentes atores que são protagonistas da EJA, dentre eles os movimentos sociais, populares, sindical e dos povos tradicionais. Precisamos viabilizar maneiras para garantir espaços na grande mídia (tv, rádio e outros) para a chamada pública para a oferta de vagas na EJA. Além disso, temos

que reivindicar a promoção de ações governamentais intersetoriais, em todos os âmbitos do poder público, visando atender as demandas específicas dos educandos. Outro ponto de reflexão diz respeito a garantia de mecanismos que diminuam a rotatividade dos educadores da EJA, assim como da garantia da continuidade dos educandos oriundos das classes de alfabetização do movimento popular na rede pública de ensino, respeitando a sua diversidade. O segmento propõe, também, a realização de uma manifestação nacional em defesa da Educação de Jovens e Adultos, como por exemplo, o Dia do Alfabetizador. Pensamos que é fundamental construir um documento preliminar, com antecedência, com a síntese do ENEJA anterior, além de um texto norteador, o qual será base das discussões do próximo encontro a ser realizado. Reivindicamos, ainda, uma representatividade maior, quanto ao número de delegados, em cada fórum, para os movimentos sociais e pleiteamos a criação de um encontro dos Movimentos Sociais de EJA, em nível nacional e estadual. Por fim, solicitamos a elaboração de uma emenda para o documento base da CONAE, a fim de ser apresentada nas conferências estaduais de educação e que ela contemple as reivindicações da EJA saídas do XI ENEJA.

ONG's e Fundações

✓ *Problematizações e Considerações*

Algumas ações atuam no sentido de garantir o atendimento do direito à educação. Assim, ofertar, legal e efetivamente, a EJA em 03 turnos, em todas as escolas e usar os meios de comunicação para divulgar essa proposta, torna-se uma estratégia que proporciona esse objetivo. As ONGs e Fundações devem cumprir um papel de indução das ações com vistas à ampliação dos turnos de oferta da EJA. Outra ação diz respeito a intensificar ações na formação dos alfabetizadores promovendo a continuidade dessa formação. Propor que todos os Estados façam o seu censo, a fim de levantar a demanda para oferta de EJA, pensando na oferta nos três turnos, com assessoria dos Fóruns estaduais no processo de elaboração. Essa é outra ação que atua na garantia da cidadania.

Sistema "S"

✓ *Problematizações*

Avaliamos que a falta de informações, particularmente no que concerne aos recursos recebidos pelo Sistema S, sua aplicabilidade e resultados alcançados, tem gerado distorções e dificultado o entendimento, pela sociedade, quanto a legalidade e legitimidade da atuação do sistema, precisando ser melhor esclarecido.

O grupo destacou, também, a baixa participação do segmento dos educandos nas discussões dos fóruns e a centralização das discussões nos fóruns nas capitais

✓ *Considerações*

Divulgar o protocolo de compromisso assumido com o governo federal (MEC/TEM/MF), através do Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCE), que compromete parte dos recursos líquidos com a oferta de vagas gratuitas em cursos destinados a estudantes da Educação Básica (EJA, Educação Continuada, Educação Profissional etc.). Buscar formas de garantir a participação dos educandos dos diferentes segmentos, com atuação efetiva nos Fóruns, no ENEJA. Deve-se ampliar a oferta da EJA nos três turnos como uma política de educação do Sistema S, em espaços próprios para esta ação, bem como nos locais em que os jovens e adultos se encontrem, respeitando seus tempos, suas diversidades e suas produções. Precisamos intensificar as redes de formação continuada, presencial e a distância, para os profissionais que trabalham na EJA, em parceria com as esferas estaduais, municipais, ONGs, etc., assim como pleitear a representatividade do Sistema S nos Conselhos de Educação e na CNAEJA.

Educandos

✓ *Problematizações*

A inadequação dos currículos escolares para atender as especificidades dos educandos da EJA.

Escassez e/ou inadequação do material pedagógico e livros didáticos, além de poucos recursos para a EJA.

Maior representatividade e valorização da fala do segmento dos educandos da EJA nos diversos fóruns e nos ENEJAS.

Insuficiência de vagas no ensino médio na modalidade EJA.

Cerceamento de inscrição no vestibular e ingresso no ensino superior dos alunos oriundos da EJA.

Desarticulação dos educandos da EJA, dificultando, por conseguinte, uma maior participação desses sujeitos nos diversos fóruns, em especial na CONAE.

✓ *Considerações*

O segmento dos educando avaliam que se deve garantir a merenda e o transporte escolar, em quantidade e qualidade, para todos os alunos da Educação de Jovens e Adultos, bem como material pedagógico e livros didáticos. Precisamos, também, assegurar o uso de laboratórios de informática

adequados para jovens e adultos. Uma questão que emergiu das discussões é a necessidade de que se efetive o real cumprimento da carga horária de aula dos alunos e com qualidade. A elaboração de propostas curriculares que contemplem as especificidades e as diversidades da EJA deve ser uma meta a ser almejada, sem excluir de sua construção os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. É preciso disponibilizar equipe técnica pedagógica para acompanhar os alunos com dificuldades no processo de aprendizagem. Pleiteamos o aumento da oferta de vagas em escolas de ensino médio, na modalidade EJA, além de garantir o acesso ao ensino público superior dos egressos da EJA. Quanto ao ENEJA, se faz premente a possibilidade da participação efetiva dos educandos nas discussões que antecedem o ENEJA, com a finalidade de ampliar e qualificar a atuação dos mesmos no Encontro Nacional. Nesse mesmo sentido, devemos incentivar a participação dos alunos de EJA na CONAE em 2010, além de promover e incentivar a organização política dos educandos, em espaços como representação estudantil, participação em grêmios e conselhos estudantis.

Estudantes Universitários

Os estudantes universitários se configuraram em diferentes níveis de organização, ações e representatividade em cada fórum. Dentro dessa realidade, percebemos a necessidade de construir um espaço de diálogo entre os estudantes, o que implica nossa contribuição para o segmento universitário de maneira mais orgânica, fortalecendo o movimento como um todo.

✓ *Problematizações:*

Necessidade de dar visibilidade às dificuldades das mulheres (mães) ao acesso a EJA, que tem como um dos problemas a falta de oferta de creches públicas, para que elas possam ter onde deixar os filhos.

Currículos inadequados para atender as especificidades e diversidades dos educandos da EJA.

Desvalorização da EJA no currículo da licenciatura das IES.

✓ *Considerações*

Que os fóruns se mobilizem na articulação com outros movimentos que também são formados pelos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, em especial ao movimento de mulheres na luta pelas creches públicas em sistema articulado com as escolas de EJA. É importante a construção de uma proposta curricular de EJA flexível, ofertada nos três turnos, assegurando esta oferta independente do número de alunos. Da mesma forma, deve-se ampliar, nas IES, a formação em EJA nas licenciaturas para qualificar futuros educadores, com aumento dos investimentos em núcleos de pesquisa e extensão. É necessário a divulgação e cumprimento da lei de alimentação e transporte para a EJA sancionada no dia 16/07/2009.

2.3. Rodas de conversa

As rodas de conversa, pensadas como um espaço para discussão de temas relevantes no cenário nacional e internacional, refletiram sobre alguns assuntos que perseguem a prática pedagógica na EJA, os quais permeiam o chão dessa modalidade e que foram registrados ao longo das discussões. São eles: Economia Solidária, Educação Profissional, Os Fóruns e suas Especificidades, Financiamento da EJA, Formação de Educadoras(es), Diferentes Sujeitos da EJA, EJA e mundo do Trabalho, Metodologia e Avaliação na EJA, Materiais de Apoio e Ambientes Virtuais na EJA, EJA na América Latina e no Mundo, Metodologia do Movimento. Apresentamos, a seguir, uma síntese das conversas e suas proposições, lembrando que a sistematização maior destas rodas se encontra no ANEXO 1 deste relatório.

- Formação integral e continuada para os educadores de EJA, que aprofunde os estudos humanísticos (filosofia, ética, sociologia, antropologia, psicologia), para que o educador possa compreender o sujeito da EJA em sua integralidade;
- Formar educadores para desenvolver o trabalho da Economia Solidária na escola respondendo às demandas da EJA;
- Garantir um maior controle social de acompanhamento e cobrança na utilização dos recursos do FUNDEB na EJA;
- Rediscutir os vários programas: PROJOVEM, PROCAMPO, PROEJA, no sentido da Constituição de uma política pública nacional para a modalidade da EJA;
- Pautar um debate que reivindique o fim de Programas fragmentados para EJA, no âmbito da América Latina, que não têm efetividade e esvaziam as políticas;
- Repensar o papel das Universidades no processo de formação inicial do educador;
- Formação continuada em serviço com a garantia de continuidade e permanência do educador de EJA, eliminando assim a rotatividade;
- Possibilitar espaços de socialização e visibilidade das propostas pedagógicas e curriculares de EJA que possibilitem a flexibilidade e descentralização da oferta para os diferentes

- sujeitos/segmentos e comunidades. (educação do campo, quilombolas, indígenas, populações ribeirinhas, educação inclusiva, educação para privados de liberdade, mulheres etc.);
- Possibilitar a realização dos próximos ENEJA, com um caráter mais popular, de forma que possa ser realizado, sem a tutela do MEC;
 - Garantir a inclusão e continuidade da EJA como temática obrigatória nos cursos de licenciaturas das universidades;
 - Investir na formação continuada dos educadores;
 - Cobrar do MEC a ampliação de bolsas para alunos da EJA;
 - Passe-livre para alunos da EJA nas regiões metropolitanas;
 - Incentivar a organização política dos educandos de EJA, tais como: representação estudantil, participação em grêmios e conselhos estudantis;
 - Registramos, também, que os grupos acima citados, refletindo sobre os desafios, conquistas e estratégias de lutas, consolidaram encaminhamentos que espelham a preocupação com os destinos do movimento assim resumidos:
 - Os participantes dos Fóruns devem ser mais ativos e autônomos dentro do movimento, não esperando deliberações superiores, mas orientando-se a partir das lutas e conquistas locais;
 - Devem manter a solidariedade no movimento que é plural, excluindo posições estigmatizadas em relação a companheiros de outros segmentos.
 - Que cada encontro dos fóruns de EJA (estadual, regional, nacional) tenha sempre a temática da conjuntura e sua análise incluída na programação.

3. Encaminhamentos, propostas e moções deliberadas na Plenária do encontro

Na plenária final do Encontro os delegados estaduais, depois de discutirem e aprovarem o texto do relatório-síntese final, apreciaram e aprovaram, também, encaminhamentos, propostas e moções. São elas:

Encaminhamentos aprovados

- ▶ criação de uma coordenação colegiada nacional dos Fóruns de EJA do Brasil, composta por cinco representantes, um de cada região do país, para garantir articulação política permanente, que deve ter, entre outras atribuições, a busca de apoio financeiro do MEC para a realização dos Encontros Regionais de EJA (EREJAs). No que se refere a indicação dos nomes para compor tal coordenação colegiada ficou acordado que será discutido posteriormente pelos representantes dos fóruns estaduais.
- ▶ elaboração e divulgação de um documento base nacional, que seja orientador das discussões nos EREJAs, devendo pautar as discussões preparatórias dos Encontros Regionais (preferencialmente com mobilização nas escolas de EJA e nas instituições vinculadas aos Fóruns). Ao término do encontro deve ser elaborada uma síntese das discussões e deliberações dos EREJAs, que será encaminhada para a reunião de representantes dos Fóruns e/ou coordenação colegiada nacional dos Fóruns de EJA do Brasil para sistematização e elaboração coletiva de Documento Síntese para fomentar o Encontro Nacional (ENEJA). A plenária deliberou que os EREJAs não precisam pautar-se por um calendário unificado, mas que os estados, de cada região, é que devem avaliar o seu próprio calendário.
- ▶ ampliar a Agenda Territorial, com a realização do Censo Específico da demanda da EJA, dando assim visibilidade das diversidades dos sujeitos e problemáticas.
- ▶ organizar o Dia Nacional de Luta pelo direito à Educação de Jovens e Adultos.
- ▶ propor a realização de um encontro/seminário nacional sobre políticas públicas da diversidade, a ser promovido pela SECAD, reunindo experiências e construindo uma agenda política para avaliação e institucionalização das políticas desenvolvidas no território brasileiro.
- ▶ que a Medalha Paulo Freire assuma como critério de indicação de experiências, além daquelas que tratam de alfabetização e EJA, outras experiências de educação popular, também.
- ▶ que o MEC reconheça o PRONERA, enquanto política pública de educação de jovens e adultos, como ação concreta de educação do campo, garantindo dessa forma sua ampliação e parcerias com os movimentos e instituições públicas de ensino.
- ▶ que a representação dos Fóruns na CNAEJA se dê através da rotatividade de regiões e de segmentos na escolha do representante, sendo que o indicado não precisa, necessariamente, ser escolhido entre os representantes dos fóruns.

Propostas tendo em vista a realização do XII ENEJA

- ▶ conforme deliberado no X ENEJA, o encontro nacional será realizado a cada dois anos sendo intercalado por encontros regionais.

► o XII ENEJA será realizado no estado da Bahia, no primeiro semestre do ano de 2011, apresentando seus resultados aos candidatos eleitos aos governos de estado e à presidência, em 2010.

► o formato do XII ENEJA será reformulado, no que diz respeito à dinâmica utilizada e, também, na diminuição do tamanho do encontro, com o objetivo de permitir o aprofundamento das discussões realizadas. Ainda será definido com os representantes estaduais e a comissão do estado da Bahia como será o desenho do novo XII ENEJA, agora bianual.

Moções

A plenária votou e aprovou as seguintes moções:

- Moção de protesto à proposta de Ensino Médio para Jovens e Adultos via Ensino a Distância;
- Moção de protesto à procrastinação do processo da construção da Agenda Territorial dos estados do Brasil;
- Moção de repúdio a não homologação do parecer do Conselho Nacional de Educação sobre as diretrizes operacionais para EJA.

EQUIPE DE RELATORIA: Eula Nascimento (UFPA), Jaqueline Ventura (UFF), Joana d'Arc Vasconcelos Neves (UFPA), Jussara de Paula Loch (PUCRS), Luiz Olavo Fonseca Ferreira (UFMG), Maria de Nazaré Corrêa da Silva (UEA), Maria Zeneide Gomes da Silva (SEDUC-PA/SEMEC), Sérgio Roberto Moraes Corrêa (UEPA).

Colaboradores: Carlos Fabian (SEME-Vitória), Edna Castro (UFES), Leôncio Soares (UFMG), Marcos Podestá (IFES-Cachoeiro de Itapemirim), Maria Aparecida Zanetti (UFPR), Maria Margarida Machado (UFG).

ANEXOS

Anexo 1 – Rodas de Conversa

Reunidos nas diversas Rodas de Conversa, que tiveram como subtema os desafios, conquistas e estratégias de lutas dos Fóruns de EJA, os delegados e delegadas presentes ao XI ENEJA trazem diversas reflexões para os sujeitos envolvidos na caminhada da EJA.

As rodas de conversa tiveram uma participação significativa e todas elas refletiram sobre questões que perpassam o campo da Educação de Jovens e Adultos. Algumas temáticas foram recorrentes e registradas ao longo das discussões da maioria das rodas. Assim, temas como formação continuada de educadores, financiamento, reestruturação curricular, inadequação dos espaços educativos, formação tecnológica profissional, carga horária, educando com necessidades educativas especiais e a EJA e sua diversidade foram abordados com muita frequência.

Apresentamos, a seguir, uma síntese das propostas surgidas nestas rodas, sendo que, primeiramente, trazemos alguns desses pontos que foram recorrentes e/ou mais destacados dentro de cada temática. Depois apresentamos as propostas mais específicas de cada uma das salas e que não foram contempladas nesta síntese.

Salientamos, ainda, que a maioria das propostas das Rodas de Conversa apresentadas pelos participantes não foi votada em cada uma das salas. Da mesma forma, elas não foram apreciadas e nem votadas na plenária final, mas são aqui oferecidas para conhecimento de todos, como uma contribuição significativa dos delegados presentes ao XI ENEJA.

As propostas que permearam várias rodas e/ou que foram consideradas de suma importância são:

- Proporcionar formação continuada para os educadores de EJA, de modo que aprofundem os estudos humanísticos (filosofia, ética, sociologia, antropologia, psicologia), para poderem compreender o sujeito da Educação de Jovens e Adultos e a complexidade que o cerca.
- Desenvolver ações de formação específica para o trabalho com a Economia Solidária nas escolas e demais experiências de EJA.
- Rediscutir os vários programas: PROJOVEM, PROCAMPO, PROEJA, objetivando a constituição de uma política pública nacional para a modalidade da EJA.
- Pautar debates que discutam e reivindiquem o fim de programas fragmentados para EJA, no âmbito da América Latina, que não têm efetividade e esvaziam as políticas públicas.
- Repensar o papel das Universidades no processo de formação inicial do educador (a).
- Garantir formação continuada em serviço, com a permanência do educador (a) de EJA nos seus locais de trabalho, eliminando a rotatividade.
- Possibilitar espaços de socialização e visibilidade para as propostas pedagógicas e curriculares de EJA, que buscam a flexibilidade curricular e a descentralização da oferta para os diferentes sujeitos, segmentos e comunidades (educação do campo, quilombolas, indígenas, populações ribeirinhas, educação inclusiva, para os privados de liberdade, mulheres, etc.).
- Discutir a realização do próximo ENEJA, com um caráter mais popular, e que a sua realização possa se efetivar mesmo que mude a relação com o Governo Federal.
- Garantir a inclusão, e continuidade da EJA como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura das universidades.

Propostas específicas de cada roda

Grupo 1. Economia Solidária e interfaces com a EJA

Propostas

- Esclarecer qual é a concepção de economia solidária, com o objetivo de que o educando (as) da EJA possa compreender essa idéia.
- Propor ações tendo como temática a economia solidária no currículo da EJA.

Grupo 2. Educação Profissional e interfaces com a EJA

Propostas

- Garantir a presença de profissionais qualificados para atuar no PROEJA e no PROJOVEM-CAMPO, com vistas à construção do currículo real e integrado, da mesma forma que a presença de técnicos qualificados para trabalhar na perspectiva agroecológica no PROJOVEM CAMPO.
- Pesquisar as causas da evasão, tendo em vista que este problema também se repete no PROEJA.
- Propor que a integração da educação profissional com a educação de jovens e adultos torne-se uma política de Estado.
- Criar espaços de discussão e de aprendizagem sobre currículo integrado e de outras problemáticas necessárias à formação e consolidação da política.

- PROEJA com maior carga horária, tendo em vista que os educandos demandam maior tempo de aprendizagem para o domínio dos conhecimentos e para consolidação de sua formação profissional.
- Abertura de concursos públicos para seleção de professores das diversas áreas de conhecimentos e não apenas da área técnica, como está acontecendo na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
- Ampliar a faixa etária de atendimento do PROJOVEM CAMPO para além de 29 anos.
- Ampliar a divulgação do PROEJA, criando mecanismos de sensibilização dos estados e municípios para implantá-lo e assegurar sua continuidade.
- Assegurar cursos de especialização para professores e para gestores.
- Reivindicar do PROEJA a realização de diagnóstico de perfil sócio-econômico dos educandos (as), sistematização das experiências pedagógicas e estudo sobre os alunos egressos.

Grupo 3. Os Fóruns e suas especificidades na EJA: educação do campo, quilombolas, indígenas, populações ribeirinhas, educação inclusiva, educação para privados de liberdade, mulheres, etc

Propostas

- Criar uma Rede Nacional da EJA para discussão da EJA e suas especificidades.
- Assegurar a participação do segmento movimentos sociais na coordenação do III Seminário Nacional de Formação de Educação (Porto Alegre, 2010) e na composição dos painéis, com uma representação numérica significativa no evento.
- Ampliar a Agenda Territorial, com a realização do Censo Específico da demanda da EJA, dando assim visibilidade à diversidade dos sujeitos e suas questões específicas.
- Organizar o Dia Nacional de Luta pelo Direito à Educação de Jovens e Adultos.
- Fortalecer a participação dos movimentos sociais e populares no FISC – Fórum Internacional da Sociedade Civil, (novembro de 2009).
- Criar um espaço virtual no Portal dos Fóruns de EJA para socialização das normas legais sobre políticas públicas de diversidade produzidas e/ou acumuladas por estados, municípios e governo federal.
- Solicitar que a SECAD interceda junto aos estados e ao Distrito Federal, cobrando iniciativas e responsabilizando-os com a educação das pessoas encarceradas, com a finalidade de que desenvolvam ações específicas, tais como: formação continuada dos trabalhadores em educação (educadores e agentes de segurança), adequação do currículo, material didático, etc.
- Discutir com a SECAD e com as Secretarias de Educação a concessão de uma gratificação para os professores que atuam nas prisões.
- Articulação efetiva entre os Fóruns e Universidade, buscando assegurar no ensino, na pesquisa e na extensão as especificidades da Educação de Jovens e Adultos.
- Fortalecimento das discussões específicas relacionadas com a EJA nos diversos Fóruns (educação do campo, quilombola, educação para privados de liberdade, etc.).
- Realizar um encontro/seminário nacional sobre políticas públicas da diversidade, a ser promovido pela SECAD, reunindo experiências e construindo uma agenda política para avaliação e institucionalização das políticas desenvolvidas no território brasileiro.
- Ampliar o atendimento PROEJA para diferentes sujeitos, garantindo a especificidade para a educação profissional aos diferentes segmentos.
- Organizar espaço para socialização de materiais didático-pedagógicos pelos estados, municípios e Governo federal, voltados aos diferentes sujeitos.
- Garantir a oferta de cursos de pós- graduação para docentes da EJA, com foco na diversidade.
- Garantir a oferta de programas que integrem formação/qualificação profissional e escolarização no campo.
- Garantir a oferta do Programa Saberes da Terra para os jovens e adultos do campo.
- Articular as políticas e experiências de EJA com as ações dos territórios da Cidadania.
- Reconhecer o PRONERA como política pública de educação de jovens e adultos, garantindo, dessa forma, sua ampliação e parcerias com os movimentos sociais e instituições públicas de ensino.
- Garantir a efetivação e a atuação de professores com formação específica em relações étnico-raciais, para atuarem em áreas quilombolas.
- Garantir a implementação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo.

Grupo 4. Financiamento da EJA

Propostas

- Que os Fóruns de EJA iniciem um movimento pela revogação do Parecer 25/08 e a resolução que se desdobra a partir do parecer, para impedir que os recursos do FUNDEB sejam desviados para empresas terceirizadas.

- Maior fiscalização pelo governo Federal e Fóruns de EJA na aplicação dos recursos do FPM e do FUNDEB na Educação de Jovens e Adultos.
- Publicar no site do MEC, em tempo hábil, a relação dos estados e municípios que não aderiram aos programas destinados a EJA.
- Garantir que o PROJOVEM e o BRASIL ALFABETIZADO migrem para as redes municipais de educação e as matrículas sejam feitas através da EJA, garantindo assim o acompanhamento por professores (as) concursados.
- Definir uma política pública de financiamento para o transporte escolar dos alunos da EJA nos centros urbanos e rurais.
- Pautar a discussão acerca de uma política nacional de produção regional e local de materiais didáticos para a EJA (livros, audiovisuais e etc.), além de estabelecer parcerias entre as Universidades públicas, juntamente com sindicatos, governos para a produção do livro didático da EJA, atendendo as especificidades locais.
- Garantir a participação de professores de EJA, que estejam na sala de aula, na elaboração dos testes cognitivos aplicados aos alunos do Programa Brasil Alfabetizado.
- Cobrar, através dos Fóruns Estaduais, transparência na divulgação dos dados sobre a utilização, no Sistema S, das vagas gratuitas destinadas aos alunos da escola pública.
- Implementar dispositivo legal para garantir o cumprimento do artigo 69 da LDBEN, que versa sobre o papel dos secretários de Educação dos municípios, como ordenador de despesas.

Grupo 5. Formação de educadoras(es) da EJA

Propostas

- Buscar parcerias com instituições públicas e privadas, no processo de formação dos educadores (as).
- Repensar o papel das Universidades no processo de formação inicial do educador (a).
- Determinar critérios e perfis para educadores (as) de EJA.
- Implantar através das universidades projetos de formação inicial e continuada com recursos disponibilizados pelas Secretarias estaduais, municipais e MEC.
- Discutir as reais necessidades dos cursos de formação inicial e continuada a distância;
- Adotar as disciplinas de EJA nos cursos de formação de educadores nas universidades, com ênfase em fundamentos teórico-metodológicos, didáticas e estágio.
- Definir responsáveis para alimentar, no Portal dos Fóruns, a parte relativa à formação e pesquisa nas universidades.

Grupo 6. Diferentes sujeitos da EJA: adolescentes, jovens, adultos e idosos

Propostas

- Mudança das práticas pedagógicas, voltadas para a realidade social, que resgatem, em uma perspectiva freireana, o caráter libertador e transformador da Educação de Jovens e Adultos.
- Implementação de um currículo que vise a democratização do saber, valorize as diversas culturas, debata questões polêmicas e importantes como raça/etnia, gênero, pobreza etc., e que prepare o educando para a vida.
- Incentivar práticas criativas como oficinas intergeracionais, de sensibilização, de troca de experiências.
- Oportunizar a participação e o envolvimento dos educandos em diversas instâncias (Fóruns, Escolas, Encontros, etc.).
- Realizar um encontro nacional de educandos (as).
- Manter as turmas heterogêneas, com educandos (as) de faixas etárias diferentes, garantindo, aos educadores (as), uma formação adequada para trabalhar com a diversidade.
- Criar centros de EJA com sistema modular trimestral, por área de conhecimento, os quais se adequem ao tempo disponível do educando e invistam em recursos humanos (coordenadores para cada área de conhecimento, equipe pedagógica, etc.).
- Garantir o passe-livre para os educandos (as) da EJA.
- Repensar os formatos dos ENEJAS e Fóruns para serem mais atrativos aos educandos (as).
- Tratamento isonômico no FUNDEB, ou seja, igualar o valor financeiro do educando da EJA ao do ensino “regular”.

Grupo 7. EJA e mundo do trabalho: a relação entre o currículo e a evasão escolar na EJA

Propostas

- Encaminhar um estudo para a reformulação das diretrizes curriculares das licenciaturas, agregando os estudos sobre a modalidade em EJA na formação dos professores.

- Dar maior sustentabilidade e ampliação legal ao PROEJA FIC, para que os gestores municipais possam ter condições e autonomia política de financiamento e constituição de currículo.
- Considerar o tempo de trabalho com relação a evasão, respeitando a ausência e o retorno do educando, realizando processos de avaliação para nivelamento, caso necessário.
- Criar uma lei específica que não permita o fechamento de salas de aula em função de não ter um número mínimo de alunos.
- Organizar currículos adequados às especificidades dos educandos da EJA, tendo como referência as concepções do mundo do trabalho: economia solidária, cooperativismo e associativismo.
- Mobilizar as empresas para garantir e incentivar os funcionários a estudarem.

Grupo 8. Metodologia e avaliação na EJA

Propostas

- Discutir nos conselhos estaduais e municipais de educação o processo de avaliação, a partir de perspectivas que possam garantir a aprendizagem e a formação humana dos alunos (as) da EJA, respeitando as subjetividades e os preceitos legais.
- Revisão e reconfiguração da proposta do ENCCEJA e dos exames de suplência, pois essas desconsideram a avaliação como um processo contínuo.

Grupo 9. Materiais de apoio, ambientes virtuais, multimídia e EJA

Propostas

- Articular no Portal dos Fóruns um espaço de diálogo abordando a temática da roda de conversa “Materiais de apoio, ambientes virtuais, multimídia e EJA”.
- Construir no Portal um link para material didático.
- Sensibilizar coordenadores e delegados para a importância de alimentar o site em cada estado, com as vivências de cada segmento que compõem os fóruns.
- Trabalhar o espaço do Portal, a fim de que ele sirva, efetivamente, para comprometer as pessoas como espaço de produção, planejamento e estratégias para os próximos encontros.

Grupo 10. EJA na América Latina e no mundo

Propostas

- Pautar um debate que reivindique o fim de programas fragmentados para EJA que não apresentam efetividade e que esvaziam as políticas públicas, no âmbito da América Latina.

Grupo 11. Metodologia do movimento: ENEJA; CONFINTEA; SNF; Diretrizes Operacionais; Agenda Territorial; CNAEJA; Gestão dos Fóruns Regionais e Estaduais; Natureza do encontro e o formato desejável; Objetivo, Formato e função do relatório-síntese

Propostas

- Criar uma coordenação nacional, com representação das cinco regiões, para organização do movimento, compilação de documentos, etc.
- Repensar o movimento a partir de uma avaliação mais profunda da efetividade das proposições dos ENEJAS;
- Substituir os relatórios dos ENEJAS por documento-base, previamente elaborado para discussão dentro do encontro, que contenha os seguintes pontos: discussões sobre conjuntura política e educacional, apontando para os principais avanços e desafios do período para a consolidação do direito a educação; posicionamento sobre os principais temas relacionados, direta ou indiretamente, com o campo da Educação de Jovens e Adultos; diretrizes políticas como referência para elaboração das pautas regionais; discussão dos sub-temas a serem trabalhados dentro do ENEJA.
- Compor uma comissão de 3 a 5 representantes, de estados e regiões diferentes, com as seguintes atribuições: elaboração e reformulação de todos os documentos emitidos em nome do “Movimento dos Fóruns”; propor, na lista de discussão, os temas centrais; propor a pauta das reuniões dos coordenadores de fóruns.
- Diminuição do número dos delegados nos ENEJAS:
 - 1ª proposta - 5 delegados para cada estado;
 - 2ª Proposta - 1 delegado para cada 20 participantes de fórum.
- Realizar, a cada abertura de ENEJA, um balanço das proposições contidas no documento final do Encontro anterior.
- Referendar as proposições do documento brasileiro preparatório a CONFINTEA VI, tomando-o como referência para as lutas em defesa da EJA, inclusive para acréscimos na CONAE, bem como

encaminhá-lo às comissões de educação das Câmaras municipais, distritais, estaduais, da câmara dos deputados e senado federal.

- Criar estratégias de divulgação dos trabalhos científicos que tratam da identidade dos Fóruns ou que os têm como objeto de estudo.
- Estabelecer um posicionamento do Fórum Nacional diante do processo eleitoral vindouro, evidenciando qual a sua concepção de Educação de Jovens e Adultos.

Anexo 2 – Moção de protesto à proposta de Ensino Médio para Jovens e Adultos via Ensino a Distância

Os Fóruns de EJA de 26 estados e do Distrito Federal, reunidos em Belém, no Pará, de 17 a 20 de setembro de 2009, com a presença de 510 delegados dos segmentos administração pública, universidades, ONGs, movimentos sociais e populares, educadores e professores da EJA, estudantes da EJA, Sistema S, conselhos de educação, sabedores de duas ações do MEC relativas à EJA/EaD, e discordando do encaminhamento adotado, e do risco que representam para a política em desenvolvimento, consideram:

- inaceitável a homologação, pelo Ministro, no dia 07/08/09, do Parecer do CNE/CEB nº 25/08 relativo à EaD para a EJA, , sem a antecedência de diálogo com os atores sociais que vêm contribuindo com estudos, pesquisas e posicionamentos políticos — o que tem ampliado os acertos do governo na escolha dos rumos dos programas e de ações políticas;

- inadequada a proposição de um programa de ensino médio a distância para jovens e adultos pela SEED, que não leve em conta os caminhos coletivos que a SECAD tem adotado na construção de seus programas, tendo em vista:

- a ainda incipiente ampliação de matrículas no ensino médio, feita predominantemente pela oferta de cursos noturnos em espaços ociosos de escolas, sem responder ao direito à educação básica de jovens e as consequentes necessidades de horários, de espaços adequados a atividades da vida juvenil, de laboratórios, de bibliotecas, além de mobiliário com carteiras pequenas e impróprias para esta fase de desenvolvimento, impedindo conforto e postura adequada para atividades de estudo;

- a assunção, pelo governo federal, do lugar dos estados da federação na proposição de um programa para o ensino médio, ao tempo em que o país discute um sistema nacional de educação, quando se encontra realizando mobilização para a CONAE, e tem expectativa de regular o sistema de colaboração entre governo federal, estados e municípios, para resgatar o papel indutor de políticas do MEC, e o de executores para determinados níveis de ensino, de estados e municípios;

- o expressivo avanço, nos últimos sete anos, do elenco de ofertas de programas na EJA — anteriormente desconsiderada como dever do Estado — expressando a disposição deste governo de fazer valer o Art. 208 da Constituição Federal de educação para todos, independente da idade, ainda que não se entenda uma política pública como um cardápio de propostas, mas se reconheça na criação dos programas um estímulo à especificidade de projetos que atendem a diversidade do público;

- a insuficiente avaliação dessas ofertas, a falta de integração entre muitas, a desarticulação dos programas nas instâncias de execução, com resultados que demonstram fragilidade e não revelam seus efeitos na realidade educacional da população, o que exige rigorosas avaliações com metodologias adequadas, de modo a subsidiar decisões de correção de curso em diversos aspectos de sustentação desses programas, historicamente previsíveis e ainda não superados;

- a não disponibilidade de dados de avaliação (concluintes, sucesso e desempenho, evasão etc.) das escolhas metodológicas em programas de EaD que o MEC adotou para a educação superior (exemplo, UAB), com a ressalva de que o desempenho de estudantes no nível superior em cursos de EaD não pode ser automaticamente transferido a alunos de ensino médio, especialmente de EJA, sem discutir aspectos relacionados a: fundamentos e concepções que não expressam o conhecimento disponível sobre aprendizagem a distância; uso de modelo “conservador”, que não responde as exigências de aprendizagem de jovens e adultos; privação da experiência humana do aprender na interação com o outro, a sujeitos para quem a escola tem sido descontínua, e que pouco desfrutaram das condições que a educação presencial pode conferir;

- a dependência de autorização e reconhecimento de qualquer proposta curricular na esfera pública responsável por sua execução (neste caso, EM), o que exige negociação prévia com conselhos de educação, respeitando-se hierarquias até então instituídas;

- 2010 ser o último ano deste mandato, insuficiente para assegurar condições de continuidade, avaliação e correção de fluxo, deixando o governo exposto a críticas de inconsequência em ações políticas educacionais, cujos tempos de execução exigem algumas gerações para demonstrar efeitos, mesmo quando adequadamente monitorados e avaliados;

- a indispensável escuta sobre a necessidade de futuros estudantes em relação a uma proposta a distância, partindo-se, uma vez mais, do pressuposto de que se sabe o que é melhor para eles, diante dos dados de tantos jovens fora da escola e com escolarização interrompida, cujas razões não têm sido suficientemente exploradas e reconhecidas.

Por todos esses argumentos, os Fóruns de EJA, reunidos no XI ENEJA, assinam esta moção, e requerem do Ministro revisão dos encaminhamentos, posicionando-se com elevada preocupação em relação ao rumo que o MEC passa a assumir, agravado pelo risco de que a EaD para o Ensino Médio venha a ser a política de universalização deste nível de ensino, sem que se tenha consolidado a expansão do atendimento educacional para jovens e adultos em escolas públicas de qualidade, como mais um direito da cidadania no Brasil.

Belém, 20 de setembro de 2009.
XI ENEJA
Fóruns de EJA do Brasil

Ao: Exmo. Sr. Ministro da Educação
Fernando Haddad
c/c Ilmo. Sr. Secretário da SECAD
André Lázaro

Anexo 3 – Moção de protesto à procrastinação do processo da construção da Agenda Territorial dos estados do Brasil

Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil, reunidos por ocasião do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - XI ENEJA, realizado em Belém do Pará no período de 17 a 20 de setembro de 2009, com a participação de 510 delegados(as) representados pelos segmentos administração pública, universidades, ONGs, movimentos sociais e populares, educadores e professores da EJA, estudantes da EJA, Sistema S, conselhos de educação, conhecedores da necessidade da construção da Agenda Territorial encaminhada e discutida com os estados desde dezembro de 2008 pelo MEC/SECAD, cujas diretrizes pautam-se em: (1) promover a articulação entre as demandas sociais e ofertas de políticas públicas de educação de jovens e adultos; (2) estimular a constituição de redes sociais de cooperação visando ao protagonismo dos atores sociais na construção da política de Educação de Jovens e Adultos: gestores públicos, educadores, educandos(as), Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, Fóruns de Educação do Campo, Universidades, Movimentos Sociais e Populares entre outros; (3) estimular a integração das políticas de educação formal e não formal, no âmbito das ações de educação de jovens e adultos; (4) apoiar processos educativos que favoreçam a produção do conhecimento, sistematização, socialização das experiências, a partir da realidade local e do respeito à diversidade cultural, de gênero, geração, etnia e dos ecossistemas; (5) apoiar experiências inovadoras de educação de jovens e adultos no âmbito do mundo do trabalho, em especial, da economia solidária e sustentável e por não terem ainda verificado nenhuma ação concreta em muitos estados do país, consideram:

- inaceitável o descaso que se evidencia na maioria das secretarias de educação dos estados - executoras deste processo - não constituindo comissões e mesa de trabalho, e não empenhando esforços na consolidação da Educação de Jovens e Adultos;
- extremamente grave o desrespeito com os (as) educandos (as) da Educação de Jovens e Adultos, desconsiderando os valores propostos na Agenda, a saber:
 - necessidade de mapeamento detalhado da EJA, garantindo-se a identificação das realidades locais dos estados brasileiros, pela constatação do ainda elevado número absoluto de pessoas analfabetas em nosso país;
 - investimento na formação e valorização dos (as) profissionais da Educação de Jovens e Adultos;
 - indispensável necessidade de escuta aos Fóruns, como protagonistas deste processo, na construção da Agenda Territorial.
- omissão de responsabilidade a não disponibilização dos dados dos planos estratégicos construídos pelas secretarias estaduais de educação.

Por todos esses argumentos, os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil, reunidos no XI ENEJA, assinam esta moção e requerem a intervenção do Ministério junto aos Secretários(as) de Educação dos estados brasileiros, para que promovam a imediata constituição da Comissão, dando início às mesas de trabalho na construção da Agenda Territorial, e posicionam-se com elevada indignação em relação às atividades não realizadas pela maioria dos estados, bem como o eminente risco de devolução de recursos financeiros destinados a esta construção, agravado pelo desrespeito à proposta de educação ao longo da vida.

Belém do Pará, 20 de setembro de 2009.
XI ENEJA
Fóruns de EJA do Brasil

Ao: Exmo. Sr. Ministro da Educação
Fernando Haddad
c/c aos Secretários de Educação dos Estados Brasileiros

Anexo 4 – Moção de repúdio a não homologação do parecer do Conselho Nacional de Educação sobre as diretrizes operacionais para Educação de Jovens e Adultos

Os Fóruns de EJA de 26 estados e do Distrito Federal, reunidos em Belém, no Pará, de 17 a 20 de setembro de 2009, com a presença de 510 delegados dos segmentos administração pública, universidades, ONGs, movimentos sociais e populares, educadores e professores da EJA, estudantes da EJA, Sistema S, conselhos de educação, decide por encaminhar essa moção de repúdio ao Ministro da Educação por, até a presente data, não ter homologado o parecer do Conselho Nacional de Educação e a minuta de resolução, elaborados pela Conselheira Regina Vinhaes Gracindo, que trata das Diretrizes Operacionais para EJA, no que concerne a idade mínima para ingresso na Educação de Jovens e Adultos, sobre a realização de Exames na Educação de Jovens e Adultos e sobre a oferta de EJA na modalidade EAD, considerando, sobretudo, a legitimidade e representatividade do referido parecer, decorrente das Audiências Públicas realizadas e das discussões acumuladas nos Fóruns de EJA do Brasil.

Belém, 20 de setembro de 2009.
XI ENEJA
Fóruns de EJA do Brasil

Ao: Exmo. Sr. Ministro da Educação
Fernando Haddad
c/c Ilmo. Sr. Secretário da SECAD
André Lázaro